

Ulysses já recebe apoios à candidatura

Moreira Franco assegura que presidente do PMDB é o nome que mais une o partido

A nova postura do deputado Ulysses Guimarães, de defesa da Constituinte, já começa a render-lhe os primeiros frutos: o governador do Rio de Janeiro, Moreira Franco, praticamente lançou sua candidatura à Presidência da República, ao afirmar, ontem de manhã, que "os governadores, os peemedebistas e as lideranças do PMDB apoiarão o candidato que mais unir o partido e, inegavelmente, o doutor Ulysses é uma dessas lideranças, se não a maior".

Moreira Franco veio a Brasília exclusivamente para felicitar o deputado Ulysses Guimarães pelas suas palavras em defesa da Assembleia Nacional Constituinte. Chegou de manhã, foi à residência oficial do presidente da Câmara, e, à saída, citou Ulysses como o nome mais forte para representar o PMDB nas próximas eleições presidenciais.

Ulysses agradeceu a manifestação do governador do Rio de Janeiro mas, obedecendo à experiência popular de que "prudência e caldo de galinha não fazem mal a ninguém", e coerente com a postura de dedicação absoluta à Constituinte, afirmou que "só iremos enfrentar esse assunto depois de promulgada a Constituição".

Não é para se duvidar dessa afirmação, mas ela não impede que Ulysses Guimarães — as diversas lideranças do PMDB reconhecem isso — adote pose de

candidato. Ainda ao lado do governador Moreira Franco, ele declarou, por exemplo, que não costuma "tratar das coisas pela metade — me entrego de corpo e alma aos assuntos que, principalmente, dizem respeito ao meu País".

Depois argumentou que, promulgada a futura Constituição brasileira, "vamos ver seu perfil, seu modelo, a forma de governo, a duração do mandato, porque tudo isso é importante para que se tome decisões pessoais, inclusive no meu caso".

As afirmações em defesa da Assembleia Nacional Constituinte — disse que a Constituição sairá, "nem que seja na marra", e se referiu aos membros da Junta Militar como "os três patetas" — Ulysses negou que sejam declarações de candidato: "Eu não pensei nisso, só tenho palavras para a Constituinte".

Depois lembrou que "havia aquela manifestação de zerar a Constituinte — o ministro Antônio Carlos Magalhães propôs a substituição da Assembleia Nacional Constituinte por uma comissão de juristas — que eu interpretei como uma ameaça". "Foi aí", argumentou, que "resolvi focalizar os casos históricos de Dom Pedro I e da Carta Constitucional, imposta pela Junta goela abaixo do País, que mereceu a condenação de seus criadores".

Da nota divulgada pelo minist

do Exército, Leônidas Pires, que classificou sua declaração de "lamentável frase, em momento de emoção mal administrada", Ulysses Guimarães disse que a recebeu com tranquilidade. E soltou mais uma frase, considerada pelos seus correligionários como outra declaração de candidato: "Quem entra na chuva, é pra se molhar".

"É um direito do ministro Leônidas, a nota que ele fez; e isso não atinge o nosso relacionamento pessoal, que é muito bom", observou, para registrar que "as Forças Armadas, inclusive o Exército, claro, têm tido uma atuação de sustentação da democracia, da transição, a mais louvável possível".

O caso "três patetas", para Ulysses Guimarães está encerrado: "Não gosto de olhar para o passado, a não ser nos bons exemplos, que devam ser seguidos". E encerrou o assunto: "O que eu tinha que falar — e eu entendi que devia falar — eu falei".

O problema é que o alcance de sua declaração ainda não se esgotou. E, se afirma que "só tenho palavras para a Constituinte", ninguém, nem ele mesmo, acredita nisso. Esse jogo de ser, afirmando que não, Ulysses o faz como ninguém. Afinal, ironiza um constituinte que o admira, "o diabo é sábio porque é velho".

GIVALDO BARBOSA



Hermes Zanetti / Inter Press

Defesa da Carta foi o estopim

TARCISIO HOLANDA
Repórter Especial

Ulysses Guimarães começa a desempenhar o papel de candidato a presidente da República a partir da entrevista coletiva que concedeu à imprensa paulista ao deixar o gabinete do governador Orestes Quércia, na qual defende o trabalho que vem sendo realizado pela Constituinte, respondendo às críticas públicas do presidente José Sarney e do ministro Antônio Carlos Magalhães a algumas de suas decisões.

O único ponto polêmico fica por conta da declaração em que Ulysses classifica os membros da Junta Militar que outorgou a Emenda Constitucional nº 1 de "três patetas". A classificação agradou à esquerda, a julgar pelas reações de muitos dos seus integrantes, inclusive do deputado Admir Andrade (PMDB-PA), que ocupava a tribuna no momento em que Ulysses ingressava, sob aplausos; no plenário, quinta-feira.

Mas, de um modo geral, até amigos do presidente do PMDB teriam ficado satisfeitos se ele não tivesse feito aquela referência. Afinal de contas, vivemos momento difícil da transição, em face do confronto entre Executivo e Legislativo, tão comum no Brasil e sempre potencialmente explosivo, que mexer em casa de maribondos, como é a complexa área militar, não parece atitude prudente.

Ulysses não mudou de posição apesar dessas ponderações de alguns dos seus aliados. Diante dos ataques desferidos

por Antônio Carlos Magalhães, sustentando a necessidade de zerar todo o trabalho constituinte, Ulysses afirmou que não tinha outra alternativa senão defender a instituição que preside. Sua fala, no entanto, foi interpretada como novo lance em sua campanha para consolidar-se como candidato a presidente da República.

Ulysses é o candidato de Quércia e, possivelmente, da maioria dos governadores na eleição que, presumivelmente, será fixada em 15 de novembro de 1988. Em relação ao problema do mandato, ele não dará nenhuma declaração, seja a favor do de quatro ou de cinco anos. Embora obviamente interessado em que a eleição seja realizada este ano, sua única chance de sair candidato a presidente, pretende conservar a respeito, posição de magistrado.

Sua grande bandeira continua sendo a Constituinte. A postura de defensor da instituição servirá ainda, na visão dos seus amigos e assessores, para marcar nitidamente a diferença entre ele e o presidente Sarney. Se até agora a opinião pública concluiu que Sarney nada fazia porque Ulysses não deixava, ela tem elementos agora para concluir que Sarney e Ulysses são pessoas com interesses diferentes.

Ulysses não quer ouvir falar de rompimento. E ouviu de Quércia conselhos no sentido de que mantenha bom nível de relacionamento com Sarney. Mas, sua intransigente defesa dos trabalhos da Constituinte

colocam-no em linha divergente do Palácio do Planalto. Seus amigos confiam em que o povo saberá fazer essa distinção para que o presidente do PMDB consiga eliminar progressivamente os desgastes que sofreu e que oferecem a seus adversários pretexto para sustentar que ele não é candidato capaz de enfrentar o carisma populista de Leonel Brizola.

Quanto à batalha do mandato, a impressão consensual é a de que, hoje, ganharia os quatro anos. Esta é a opinião, por exemplo, de um político frio como o senador Virgílio Távora, do PDS cearense.

Távora defende eleição em 89 argumentando que a gravidade da crise econômico-financeira desaconselharia eleição este ano. "Mas, diante do progressivo agravamento da crise econômica, a gente acaba concluindo que a eleição este ano será a única saída", afirma o senador cearense, convencido de que esta poderá ser a alternativa fatal, nas atuais circunstâncias.

O governador do Ceará, Tasso Jereissati, um dos grandes amigos pessoais do presidente da República, entre os governadores, estaria arrumando as malas para passar à defesa dos quatro anos. Tasso Jereissati é esperado na próxima terça-feira em Brasília para encontrar com a bancada do PMDB cearense, audiência com Sarney e um almoço que está sendo preparado com Ulysses Guimarães, na sua residência na Península dos Ministros.

CPI já sabe onde sentou o pianista

O presidente da comissão que apura a fraude na votação da Constituinte, senador Virgílio Távora (PDS-CE), recebeu ontem um relatório do serviço de votação eletrônica do plenário com o resultado das investigações sobre o local de onde partiram os votos fraudulentos no último dia 9. O relatório indica que em pelo menos duas votações — a 48ª e a 49ª desde que os constituintes começaram a decidir o teor do texto final da nova Carta — alguém votou pelo deputado Sarney Filho (PFL-MA), que estava ausente de Brasília.

Virgílio Távora não revelou o teor do relatório, e afirmou que a indicação da bancada da qual saíram os dois votos está num envelope lacrado, que só será aberto diante dos três membros da comissão, em reunião e se realizar hoje, quando retorna a Brasília o deputado José Carlos (PMDB-PR), o componente da comissão que está com os teipes gravados pelas emissoras de TV no dia da fraude. Além de Távora e Martinez, é membro da comissão de apuração o deputado Inocêncio Oliveira (PFL-PE).

O procedimento da comissão em relação à fraude ainda não está definido. Somente depois da reunião de hoje o senador Távora decidirá se convoca alguém para depor sobre o caso, e se haverá realmente possibilidade de saber quem é o responsável pela votação dupla. Embora improvável, pode ocorrer algum problema na indicação do autor do voto atribuído a Sarney Filho já que não se sabe se a bancada indicada como origem do voto fraudado está focalizada em algum dos teipes ou teipes de que a comissão dispõe.

Uma decisão, no entanto, já está tomada pela comissão. Ela não indicará, em seu relatório final, nenhuma punição para o infrator. Esta decisão ficará a cargo da corregedoria da Constituinte, cujo titular, o deputado Jorge Arbage (PDS-PA) tem a incumbência de determinar que tipo de sanção será tomada contra o deputado ou senador que votou pelo colega ausente. Arbage já garantiu que a punição será "exemplar", para evitar maiores danos à imagem da Constituinte.

Comissão vai ouvir prefeito do PT acusado

O prefeito de Diadema (SP), Gilson Menezes, do PDT, deverá ser convocado a depor na CPI do Senado que apura corrupção. Solicitação formal neste sentido foi feita, ontem, pelo deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP) ao presidente da CPI, senador José Ignácio (PMDB-ES).

No ofício, o parlamentar paulista disse esperar empenho da CPI e de todos, principalmente dos representantes do PT, "tão ciosos e exigentes no combate a esta praga que é a corrupção". Solicitou, também, a convocação dos vereadores de Diadema que integram a CEI — Comissão Especial de Inquérito.

A CEI da Câmara Municipal de Diadema considerou o prefeito Gilson Menezes culpado por crimes de responsabilidade, e infrações político-administrativas passíveis de processo e cassação de mandato.

Deputada acha que imprensa joga contra

Goiânia — A deputada federal Lúcia Vânia Abrão Costa, da bancada do PMDB goiano, denunciou ontem a existência de uma campanha destinada a desmoralizar a Assembleia Nacional Constituinte e até mesmo provocar o fechamento do Congresso Nacional parlamentar, que é esposa do governador de Goiás pela Arena e hoje do PMDB, alegando que "não só a imprensa de um modo geral, mas especialmente a grande imprensa, tem levado a população a chegar à conclusão que é melhor que se feche o Congresso Nacional, porque o que está sendo feito ali não é responsável".

Segundo denunciou a parlamentar o que estas pessoas pretendem, utilizando todos os meios de comunicação, "é desestabilizar as instituições e se o PMDB como partido majoritário não for capaz de estabelecer um programa de combate ao déficit público, nós caminharemos para medidas drásticas, que serão eleições gerais, o que é preferível ao retrocesso político que já se vislumbra".